



6º Encontro Internacional de Política Social 13º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl

Marx para pensar a crise do capitalismo

Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Mundo do trabalho.

PROCEDIMENTOS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO DIANTE DA NOVA CRISE DE ACUMULAÇÃO

Everton Faria Meira¹

Resumo: A teoria do valor-trabalho ainda é pouco utilizado pelos pesquisadores no campo dos estudos organizacionais, apesar das categorias de análise de Marx (1984; 2011) serem capazes de evidenciar as mudanças que se realizam nas relações de trabalho, trazendo novas questões para reflexão. Assim, pergunta-se: Quais as alterações que se processam nas relações de trabalho na transição para o pós-fordismo? O objetivo deste ensaio é discutir os procedimentos do capitalismo contemporâneo a partir dos recentes ciclos da crise de acumulação, para depurar sua lógica. Este ensaio conclui que as novas tecnologias exigem novas formas de gestão para a intensificação do trabalho, e a redução da base de intolerância quanto ao sofrimento e a injustiça social é um elemento que contribui para sua emancipação.

Palavras-chave: Teoria valor-trabalho; Pós-fordismo; Marx; Relações de trabalho; Crise.

PROCEDURES OF CONTEMPORARY CAPITALISM IN THE FACE OF THE NEW CRISIS OF ACCUMULATION

Abstract

The value theory of work is still little used by researchers in the field of organizational studies, although Marx's categories of analysis (1984, 2011) are able to show the changes that take place in labor relations, bringing new questions for reflection. Thus, one wonders: What changes take place in labor relations in the transition to post-Fordism? The purpose of this essay is to discuss the procedures of contemporary capitalism from the recent cycles of the accumulation crisis to debug its logic. This essay concludes that the new technologies require new forms of management for the intensification of work, and reducing the base of intolerance for suffering and social injustice is an element that contributes to its emancipation.

Keywords: Value-labor theory; Post-Fordism; Marx; Work relationships; Crisis

Introdução

A economia política elegeu a teoria do valor-trabalho como o fio condutor para associar a racionalidade das trocas à racionalidade do processo social do trabalho. No entanto, a teoria do valor-trabalho ainda é pouco utilizado pelos pesquisadores no campo dos estudos organizacionais, apesar das categorias de análise de Marx (1984; 2011) serem capazes de evidenciar as mudanças que se realizam nas relações de trabalho, trazendo novas questões para reflexão. Propõe-se, neste ensaio, uma reflexão sobre as mudanças nas relações de trabalho no capitalismo contemporâneo. Quais as alterações que se processam nas relações de trabalho na transição para o pós-fordismo (AMIN, 1995; ROSA, 1995)?

¹Doutorando em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: <evertonmeira@hotmail.com>.

A partir da problemática proposta, define-se o objetivo deste ensaio: discutir os procedimentos do capitalismo contemporâneo a partir dos recentes ciclos da crise de acumulação, para depurar sua lógica. Para alcançar este objetivo, foi desenvolvido um ensaio teórico (MENEGHETTI, 2011) para incluir novos conhecimentos aos conceitos discutidos por Marx (1984; 2011).

O interesse do ensaísta nesta problemática vem de sua experiência como professor substituto na disciplina Estudos Críticos em Teoria das Organizações, no Departamento de Administração da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. A partir das referências bibliográficas utilizadas na disciplina lecionada, foi possível traçar um paralelo com os textos de Marx (1984; 2011) utilizados na disciplina Capitalismo e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, dando origem a este ensaio.

Pretende-se, a partir deste trabalho, contribuir para a literatura dos estudos organizacionais com a análise das condições de trabalho contemporâneas a partir das categorias de análise utilizadas por Marx (1984; 2011). Pretende-se ainda contribuir para que o trabalhador aprofunde sua compreensão sobre o trabalho que realiza e o seu papel no mundo do trabalho. Este ensaio conclui que as novas tecnologias exigem novas formas de gestão para a intensificação do trabalho, e a redução da base de intolerância quanto ao sofrimento e a injustiça social é um elemento que contribui para sua emancipação.

Os elementos de convencimento apresentados neste ensaio são estruturados da seguinte forma: 1) a delimitação teórica da crise; 2) as mudanças na gestão; 3) a incorporação das novas tecnologias e a reorganização do trabalho; 4) as mudanças políticas no mundo do trabalho; e 5) a intensificação da acumulação. Antes de buscar delimitar teoricamente o conceito de crise, faz-se necessário apresentar a definição de ensaio teórico aqui assumida.

O ensaio teórico

Antes de apresentar os primeiros argumentos, é necessário esclarecer o que é um ensaio. Neste trabalho utilizou-se o conceito defendido por Meneghetti (2011), em que os ensaios podem se converter em formas mais simples de produção científica, sobretudo no campo dos estudos organizacionais:

No lugar do objetivo geral, dos objetivos específicos, da justificativa, da fundamentação teórica, da metodologia que define os critérios de coleta e análise de dados e da conclusão, no ensaio a orientação é dada não pela busca das respostas e afirmações verdadeiras, mas pelas perguntas que orientam os sujeitos para as reflexões mais profundas. (MENEGETTI, 2011, p. 321)

Apesar de parecer fácil produzir um ensaio, Meneghetti (2011) chama a atenção para algumas contradições deste processo: os maus ensaios podem ser danosos, além de exigir maturidade teórica do ensaísta sobre o objeto de estudo. O ensaio também precisa conter uma reflexão profunda e minuciosa, já que o envolvimento, a reflexão e a capacidade analítica são pré-requisitos para a sua elaboração. Assim, não existe um modelo específico para se produzir um ensaio, já que a sua função é justamente refletir sobre os modelos já existentes. Segundo Meneghetti (2011, p. 323), o ensaio:

Permite a busca por novos enfoques e interação permanente com os próprios princípios da forma. No ensaio, busca-se a construção da forma adequada, mesmo que esta não exista a princípio. Nele, o objeto exerce primazia, mas a subjetividade do ensaísta está permanentemente em interação com ele.

Neste sentido, a verdade é apenas um meio, não o resultado da utilização de modelos. Para Meneghetti (2011, p. 323), o ensaio:

[...] precisa ter algo incomum, nunca visto, publicado ou impresso. A originalidade pode estar na argumentação, na escolha do objeto de análise, no recorte dado à análise, na abordagem epistemológica, na subversão da racionalidade dominante, relacionada ao tema. Em muitas situações, o ensaio está relacionado ao novo, ao ecletismo ou ao fora de padrão. (MENEGETTI, 2011, p. 323)

Os argumentos utilizados precisam estar embasados em pressupostos válidos, e precisam ser construídos ao longo do envolvimento do ensaísta com o objeto. Eles não devem buscar uma verdade última, já que se ela existisse não caberia nenhuma originalidade em relação à compreensão dos conceitos analisados. Assim, sem este compromisso em buscar uma verdade última, faz-se a seguir uma discussão sobre a crise de acumulação no capitalismo.

A delimitação teórica da crise

Para Faria (2004, p. 179), a chamada linha de produção e a sua correspondente forma de gestão flexível implementada na fábrica da Toyota, no Japão, é

“[...] uma resposta do capital à crise de acumulação, que se inicia no final dos anos 1960 e percorre boa parte da década de 1970”. Esta crise possui outros nomes, e é apresentada sob diversas formas pela literatura: transformação pós-moderna (BAUMANN, 1995), crise estrutural (MÉSZÁROS, 2000), transição pós-industrial (BRANDÃO; BRANDÃO, 2013) e quinto ciclo de Kondratiev (WILENIUS, 2014). No entanto, este fenômeno tem sido mais conhecido como pós-fordismo (AMIN, 1995; ROSA, 1995).

Todos os autores estão se referindo ao mesmo fenômeno, descrito por Marx (1984, p. 161) como “A lei tendencial da queda da taxa de lucro”. Segundo Marx (1984, p. 163)

A mesma taxa de mais-valia com grau constante de exploração do trabalho expressar-se-ia assim em uma taxa decrescente de lucro, porque com seu volume material cresce também, ainda que não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e, com isso, o do capital global.

Marx (1984) observou que, com o desenvolvimento da produção capitalista ocorre um decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante. No capital variável está incluído o montante gasto com o salário dos trabalhadores. No capital constante está incluído o valor das máquinas e equipamentos que compõem a parte física da organização.

A concorrência entre as empresas, e a intensificação da produção, discutida mais à frente, acaba por tirar a base de valorização da acumulação do capital, que é a exploração do trabalho e este fenômeno se manifesta na redução da taxa de lucro que caracteriza os últimos dias do capitalismo. Ele é consequência da redução do número de operários e aumento do uso de máquinas, o que acaba por alterar a composição orgânica do capital.

Este decréscimo relativo do capital variável expressa a produtividade crescente do trabalho, bem como o decréscimo da quantidade de trabalho quando comparada com o total do que os meios de produção colocam em movimento. Este desequilíbrio na composição do capital tem por consequência a queda da taxa de mais-valia, e a diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos. Considerando a dialética envolvida neste processo, vale ressaltar que os fatores objetivos do processo de trabalho são entendidos aqui como a antítese de seus processos subjetivos, e portanto, uma qualidade intrínseca a estes.

Neste sentido, quaisquer alterações nas forças produtivas envolvem mudanças na gestão e, conseqüentemente, as transformações na composição do capital promoveram sensíveis mudanças na gestão das empresas, principalmente no que diz respeito ao envolvimento do trabalhador na produção.

As mudanças na gestão

As mudanças contemporâneas na gestão das organizações não chegaram a constituir um novo paradigma no campo da administração. Estas mudanças buscam nos princípios do Fordismo a sua base, como veremos a seguir. Entretanto, estas mudanças buscam recuperar o enfoque no comportamento humano dentro das organizações diante da nova realidade da indústria.

A nova indústria, fundamentada em bases eletrônicas, exige um envolvimento maior do trabalhador na produção de mais-valia. Este envolvimento vai além da ideia de trabalho até então difundida, e traz novas expressões para o campo dos estudos organizacionais. No trabalho de Mattoso e Pochmann (1998), por exemplo, foi possível observar expressões que são típicas à abordagem: comprometimento, autonomia e participação. Mas este envolvimento é construído envolto em mecanismos cada vez mais sofisticados de controle, já que todos precisam ser motivados pelas mesmas coisas, precisam ter a mesma responsabilidade e o mesmo ritmo.

É justamente por isso que a participação, a autonomia e o comprometimento são tratados como instrumentos pela nova indústria: para poder manipular o trabalhador. Prestes Motta (1982), apesar de reconhecer as formas éticas participativas de gestão como um avanço no capitalismo, denuncia a manipulação de muitas dessas perspectivas nas organizações. Em outra direção, na base ontológica da perspectiva histórico-cultural, a participação é inerente ao sujeito. O estudo de Silveira e Palassi (2011) indica que a participação se constrói como tal em uma região de prática social. Os autores observaram que

Verifica-se que, em momentos diferentes, a participação no trabalho varia muito de um indivíduo para o outro, com durações diferentes em cada um e em diferentes níveis e intervalo, e tentativas de explicação para essas situações são quase sempre vãs. Os fatores objetivos, por si só, não são suficientes para compreender a diversidade e a complexidade da participação no trabalho. (SILVEIRA; PALASSI, 2011, p. 195)

Ainda reconhecendo diferentes participações, Coutinho (2006) investiga a possibilidade parceria entre o trabalhador e a produção. Seus resultados indicam uma forte heterogeneidade na participação no trabalho, em que o velho e o novo se imbricam de forma diferenciada nos sujeitos. E neste novo cenário em construção, o sujeito sequer possui consciência do seu saber, porque o capital eliminou a atividade criativa do trabalhador do processo produtivo. Segundo Gorz (1989, p. 58):

A divisão parcelar do trabalho, depois o taylorismo, depois a OCT e, finalmente, a automatização aboliram, juntamente com os ofícios, aqueles operários dotados de um ofício, que tinham a consciência de sua soberania prática.

A perda da soberania do trabalhador no trabalho é permeada pela sofisticação dos mecanismos de controle que dificultam a organização da resistência. A automação industrial vai, justamente, reafirmar o controle sobre o saber operário e sobre a divisão do trabalho, como veremos a seguir.

A incorporação das novas tecnologias e a reorganização do trabalho

Se em Marx (1984), o desenvolvimento da produção capitalista tende a aumentar a produtividade social do trabalho, tende também a diminuir o número de trabalhadores no processo produtivo. Almojarifes foram substituídos por programas de computador, vigias foram substituídos por câmeras, atendentes foram substituídos por aplicações de telefone celular, e várias outras categorias profissionais foram substituídas por *softwares*, reduzindo a importância dos elementos subjetivos no processo de trabalho.

A redução destes elementos subjetivos, de difícil controle pelo capital dada a resistência intrínseca à dominação, se dá em função do aumento da participação de equipamentos eletrônicos mais fáceis de controlar e de prever o comportamento. Em suma, a computação vem interferindo nos processos de organização do trabalho. Mas não se pode afirmar que a tecnologia é determinante dessas transformações. Elas compõem o desenvolvimento das forças produtivas em um momento específico, papel que já foi cumprido pela máquina a vapor, por exemplo. Por outro lado, observando-se a introdução das tecnologias pelo viés do mundo do trabalho, elas produzem processos objetivos e subjetivos que geram o modo de ser do trabalhador:

[...] é igualmente importante fazer a análise dos impactos da introdução de tecnologia informacional de base microeletrônica no processo produtivo também a partir do mundo do trabalho, na medida em que o trabalhador é sujeito do processo de trabalho, dono de um saber fazer, detentor de uma determinada práxis social e porta-voz privilegiado deste espaço de trabalho que é o chão de fábrica. (FARIA, 2004, p. 207)

Sob o ponto de vista do trabalhador, houve um aumento significativo do controle sobre suas ações na organização. Nesta linha, Castells (1999) analisou os impactos da introdução da computação na produção, e concluiu que houve uma redefinição histórica das relações capital-trabalho. Esta redefinição se deu em função das exigências da tecnologia, da necessidade de alimentar os computadores com informações e, conseqüentemente, de um maior controle dos gestores sobre os trabalhadores.

O trabalho também ficou mais intenso. Hoje são necessárias mais operações, mais tarefas, pra cada hora trabalhada. Produzir envolve operar computadores, relatar erros, acertos, comportamentos, requisitar materiais, entregar produtos e pensar formas de intensificar e melhorar a qualidade da produção. A totalidade do saber não pertence mais ao trabalhador, mas aos computadores que controlam a produção.

Em outra linha, Braverman (1977) afirmava que, em um futuro próximo, as tarefas se tornariam mais repetitivas, rotineiras, parciais e elementares, de forma a exigirem cada vez menos a utilização da atividade intelectual do trabalhador. As conseqüências seriam a monotonia, a alienação e um alto nível de tensão. No entanto, o que se observa é que conhecimentos cada vez mais amplos são exigidos dos trabalhadores para realizar as diferentes operações, e que o nível de tensão é alto por causa dessas exigências, não por causa de atividades repetitivas, rotineiras, parciais e elementares.

Apesar da tensão, é possível observar que os trabalhadores não possuem consciência das conseqüências ou do que se deve fazer. Recentemente a locadora de veículos Localiza implantou totens para fazer o *check-in* em suas unidades, e vem estimulando o uso, pelos clientes, de sua Central Telefônica e da aplicação para telefones celulares, oferecendo descontos para quem reserva veículos através destes instrumentos.

Em conversa informal com algumas funcionárias da empresa, observou-se que a percepção imediata era a de melhoria do trabalho, com a redução de tarefas na

unidade em que trabalhavam. Elas sequer ousaram destoar dos preceitos da empresa, ignorando o risco de demissões que a redução do volume de trabalho provocaria. Assim, mais do que alterações no plano do trabalho em si, a introdução das novas tecnologias também provoca modificações no plano político, produzindo um trabalhador politicamente alinhado ao processo produtivo.

As mudanças políticas no mundo do trabalho

Essas modificações no plano político também são consequências das novas estruturas organizacionais matriciais ou por projetos, que permitem reunir trabalhadores e dispersá-los com grande facilidade. A elevada quantidade de trabalhadores que se encontra à margem do mercado de trabalho contribuiu para legitimar esta prática cada vez mais comum, e obter concessões dos sindicatos sob constante pressão. Estes homens, que na origem do sistema capitalista foram expropriados de suas terras e incorporados à produção, agora sequer dispõem de sua força de trabalho como mercadoria.

Segundo Faria (2004, p. 213), “a produtividade e a lucratividade foram aumentadas, mas os trabalhadores perderam a proteção institucional e ficaram cada vez mais dependentes das condições individuais de negociação e de um mercado de trabalho em mudança constante”. Há ainda, na sociedade pós-fordista (AMIN, 1995), uma concepção de que o sofrimento dos trabalhadores está relacionado ao desemprego, e uma crença de que é melhor ter qualquer emprego do que não ter nenhum emprego. Do ponto de vista do sujeito que está desempregado isso pode ser verdade, mas ao analisar a questão do ponto de vista das categorias de trabalhadores, observa-se que os empregos não oferecem segurança, e que todos correm o risco de ficar desempregados.

A fragilidade da organização dos trabalhadores, acompanhada pelo desinteresse associativo, acaba por se converter em causa, e ao mesmo tempo consequência, da crescente tolerância às injustiças. Dejours (2007) caracteriza esta tolerância como um fenômeno político, que transforma o sofrimento que é imposto aos sujeitos no mundo do trabalho em algo corriqueiro. Nos primórdios do capitalismo, o medo do trabalhador era o de sofrer um acidente no trabalho que o invalidasse. Agora, o medo do trabalhador, segundo Dejours (2007), é o da incompetência – não estar à altura das novas exigências –, o medo de trabalhar bem – em função da cobrança dos colegas por padrões de desempenho mais baixos –, e o medo de não ser reconhecido – que desestabiliza o referencial sobre o qual a identidade que o define está apoiada.

Além dos medos inerentes ao trabalho, discutidos por Dejours (2007), há ainda o medo de ser substituído por uma máquina que tornará o trabalho mais intenso. É este processo de intensificação do trabalho que este ensaio discute a seguir.

A intensificação da acumulação

Os medos do trabalhador não interessam ao capital. Pela perspectiva do capital só interessa sua força de trabalho. A partir desta visão perversa, Marx (2011) debruçou-se sobre a análise do processo de acumulação capitalista, que passou a dedicar-se a baratear o trabalhador. Em suas palavras:

Vê-se, assim, o impulso imanente e a tendência constante do capital a aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, com ela, o próprio trabalhador. O valor absoluto da mercadoria é, por si mesmo, indiferente para o capitalista que a produz, pois a este só interessa o mais-valor nela incorporado e realizável na venda. (MARX, 2011, p. 304)

É justamente para aumentar a força produtiva do trabalho que as novas tecnologias informacionais são incorporadas ao processo produtivo, e esta incorporação exige a implantação de novas tecnologias de gestão, para apreender o saber fazer do trabalhador. Tratam-se de métodos que permitem controlar e intensificar a produção com uma maior sutileza, tornando os corpos dos empregados mais dóceis para o trabalho (FOUCAULT, 1999).

Essas tecnologias informacionais tornam a memória do homem descartável e, muitas vezes os seus corpos, por mais dóceis que sejam, também se tornam descartáveis. O sujeito trabalhador acaba, por fim, se tornando um elemento a ser controlado, um empecilho ao ritmo cada vez mais neurótico de produção e de acumulação capitalista.

Ao contribuir para a intensificação do trabalho, a incorporação das tecnologias informacionais e das novas técnicas de gestão também intensificou o processo de acumulação capitalista. Essa intensificação, característica da nova indústria, se deu através da alteração da proporção entre o tempo de trabalho necessário, tempo em que o trabalhador produz para si e para a sua família, e o tempo de trabalho para o capitalista. Segundo Marx (2011, p. 387)

Ao prolongamento do mais-trabalho corresponderia o encurtamento do trabalho necessário, ou, em outras palavras, a parte do tempo de trabalho que o trabalhador até agora utilizava para si mesmo é convertida em tempo de

trabalho para o capitalista. A mudança estaria não na duração da jornada de trabalho, mas em sua divisão em trabalho necessário e mais-trabalho.

No novo patamar em que se dá a acumulação intensificada, o capitalista busca minimizar o fator incerto do processo produtivo, introduzindo máquinas e tornando o homem cada vez mais previsível, através de mecanismos cada vez mais sofisticados de controle. Todos estes elementos se imbricam na constituição da nova indústria e dos novos comportamentos, até então estranhos ao sujeito trabalhador.

Conclusão

O objetivo deste ensaio é discutir os procedimentos do capitalismo contemporâneo a partir dos recentes ciclos da crise de acumulação, para depurar sua lógica. Para alcançar este objetivo, delimitou-se a crise na produção capitalista e as mudanças realizadas na gestão das organizações. Em seguida, discutiu-se a incorporação das novas tecnologias e a reorganização do trabalho. Em seguida, discutiu-se as mudanças políticas no mundo do trabalho e o processo de intensificação da produção.

A crise de acumulação, e as mudanças na gestão das empresas, buscaram atacar o comportamento dos indivíduos nas organizações, ignorando suas histórias, culturas e subjetividades. A reorganização do trabalho, e as mudanças comportamentais nos trabalhadores, legitimaram um processo de acumulação intensificado. Esta é a lógica do capitalismo contemporâneo observada neste ensaio a partir de seus procedimentos.

Foi possível observar ainda que, junto com as novas tecnologias informacionais, faz-se necessária uma nova tecnologia de gestão. Esta tecnologia de gestão torna os mecanismos de controle ainda mais sofisticados, atacando subjetivamente o trabalhador e se apossando de seu saber fazer. A partir do conjunto dos processos subjetivos, do saber operário e das relações sociais é que se constitui uma totalidade em sua consciência, definindo sua identidade e seu pertencimento. Este conjunto é carregado de contradições e conflitos presentes em todos os processos de trabalho, formando assim um cenário complexo de relações de poder, onde elementos objetivos e subjetivos encontram-se imbricados no exercício da dominação e do controle.

Assim, ao mesmo tempo em que buscam dominar e controlar o trabalhador, as organizações permitem que surjam novas formas de resistência. É por isso que a

lógica exposta não se apresenta como uma doença incurável. Não se buscou aqui fazer um retrato de uma realidade última, porque isso significaria a impossibilidade da construção de caminhos alternativos.

A globalização é um processo construído pelo homem e, portanto, é possível que este processo seja desconstruído e reconstruído de uma outra forma. O mesmo pode, e precisa ser dito, em relação às mudanças no processo de acumulação capitalista. O ritmo neurótico que a concorrência entre as organizações impõe produz alguns momentos de alta e de baixa, seja no preço das ações ou nos índices de lucro. Mas os sujeitos trabalhadores acabam sempre perdendo, seja a sua saúde física ou mental, seja a sua autonomia.

A redução da base de intolerância quanto ao sofrimento e a injustiça social (DEJOURS, 2004), com a conseqüente mobilização social, é um caminho para que o trabalho seja um instrumento de emancipação do trabalhador. É necessário ainda reconhecer o trabalhador como protagonista de sua história e produtor de novas formas de trabalho, para que este possa intervir na realidade de forma consciente.

Referências

AMIN, A. **Post-fordism**: a reader. Oxford: Blackwell Publishers ltd, 1995. Disponível em <http://goo.gl/gS2p2I>. Acessado em 02 ago. 2016.

BAUMANN, Z. **A vida fragmentada**: ensaios sobre a moral pós-moderna. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995. Disponível em <http://goo.gl/fVI9xn>. Acessado em 02 ago.2016.

BRANDÃO, A. L.; BRANDÃO, P. Por uma cidade produtiva: a diversidade urbana na transição pós-industrial. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales (Online), v. 17, n. 446, 2013. Disponível em <https://goo.gl/zs9pNK>. Acessado em 02 ago. 2016.

BRAVERMANN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COUTINHO, M. C. **Participação no trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FARIA, J. H. **Economia política do poder**: uma crítica da teoria geral da administração. V. 2. Curitiba: Juruá, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 20 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. Disponível em <http://goo.gl/ZXwTKy>. Acessado em 30 jun. 2016.

GORZ, A. **A crítica da divisão do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. V. 3, Tomo 1. São Paulo: Abril S. A. Cultural, 1984.

MATTOSO, G.; POCHMANN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 10, p. 213-243, 1998. Disponível em <http://goo.gl/IXAFOq>. Acessado em 02 ago. 2016.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011. Disponível em <http://goo.gl/Ag25eC>. Acessado em 30 jul. 2016.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. **Outubro revista**, v. 04, p. 7-15, 2000. Disponível em <http://goo.gl/v0Wuec>. Acessado em 02 ago. 2016.

PRESTES MOTTA, F. C. **Participação e co-gestão**: novas formas de administração. São Paulo: Brasiliense, 1982

ROSA, M. A. M. Fordismo, pós-fordismo e educação. **Revista de políticas públicas** (Online), v. 1, n. 1, 1995. Disponível em <http://goo.gl/9PNQKX>. Disponível em 02 ago. 2016.

SILVEIRA, R. Z.; PALASSI, M. P. A vida na fazenda: sentidos subjetivos do servidor fazendário ante a participação no trabalho. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 6, p. 192-223, 2011. Disponível em <http://goo.gl/3kXgpM>. Acessado em 09 ago. 2016.

WILENIUS, M. Leadership in the sixth wave – excursions into the new paradigm of the Kondratieff cycle 2010–2050. **European Journal of Futures Research**, v. 2, n. 36, p. 1-11, 2014. Disponível em <http://goo.gl/uXOv1z>. Acessado em 02 ago. 2016.